



## Análises

### **26/11/2011 - O Livro Branco de Defesa Nacional.....p.01**

O Ministério da Defesa do Brasil prevê o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional para Novembro de 2012. Seu lançamento pode representar um marco para a política estratégica de defesa brasileira no sentido de sua exposição perante o sistema internacional e de um melhor planejamento, mas apresenta grandes desafios aos rumos militares do país.

### **26/11/2011 - O encontro do G20 em Cannes .....p.05**

Na sexta cúpula do G20, ocorrida em Cannes, a crise econômica da zona do euro e o apoio dos países emergentes à sua recuperação foram os temas que predominaram nas discussões, além da regulação dos bancos e da questão cambial. Somado a isso, com a crise política de países como Grécia e Itália aumentou a preocupação dos países reunidos, direcionando as discussões para o caminho a ser seguido para conter a crise europeia antes que atinja níveis globais.

---

# O Livro Branco de Defesa Nacional

---

Análise

América

Pedro Casas

Rúbia Rodrigues

26 de Novembro de 2011

---

**O Ministério da Defesa do Brasil prevê o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional para Novembro de 2012. Seu lançamento pode representar um marco para a política estratégica de defesa brasileira no sentido de sua exposição perante o sistema internacional e de um melhor planejamento, mas apresenta grandes desafios aos rumos militares do país.**

---

O livro branco de defesa nacional<sup>1</sup> possui um espectro múltiplo de significados para a política na estratégia de defesa de um país. Já desenvolvido por diversos países do mundo<sup>2</sup>, o livro branco é utilizado como instrumento de transparência, intenções e cooperação entre as nações. Nesse sentido, o desenvolvimento de um livro branco de defesa brasileiro pode gerar confiança internacional e definir o futuro no médio e no longo prazo da política estratégica de defesa do país. Entretanto, já finalizadas as principais atividades previstas para elaboração do Livro é necessário questionar se o Livro a ser lançado refletirá tanto a Política Nacional de Defesa quanto a Estratégia Nacional de Defesa e avançará nas críticas que acompanharam esses documentos e, ao mesmo tempo, o quanto o debate sobre a Defesa Nacional se encontra politizado perante a sociedade brasileira e será capaz de se aprimorar perante as novas demandas dos setores nuclear, cibernético

e espacial.

## Defesa Nacional

Frente à eminência de um amadurecimento da postura brasileira perante a Defesa Nacional com a publicação de um Livro Branco de Defesa ressalta-se que essas ações representam, no país, o resultado de um processo contínuo de estruturação. A postura brasileira frente à Defesa Nacional e às Forças Armadas teve uma mudança de rumos históricos em 1996, quando foi lançado o Plano de Defesa Nacional – atualizado em 2005. Adicionalmente, a criação de um ministério uno, que envolvesse as três forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – foi estruturado a partir de 1999 quando da criação do denominado Ministério da Defesa na gestão de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república.

A partir disso, criou-se em 2005 a Política Nacional de Defesa que estabeleceu uma série de diretrizes e orientações acerca da defesa nacional reiterando as fundamentações governamentais e da política externa do país, além de enfatizar que um dos seus propósitos é o de conscientizar a sociedade brasileira de que a defesa da nação é um dever de todos os brasileiros.

Em 2008, elaborou-se a Estratégia Nacional de Defesa (END), um

---

<sup>1</sup> Esta análise é um dos produtos da participação da delegação da PUC Minas no VIII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional ocorrido de 18 a 23 de Setembro de 2011 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende – RJ. Entretanto, as análises expressas são estritamente dos autores, e a esses cabe propriamente a responsabilidade por elas.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre os livros brancos de defesa de outros países, acesse: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/paises\\_livrobranco.php](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/paises_livrobranco.php)

documento<sup>3</sup> que visa ações estratégicas de médio e longo prazo cujo objetivo é a modernização do sistema nacional de defesa, estruturado em três principais eixos: 1) reorganização das Forças Armadas; 2) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e 3) política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em meio a uma maior proeminência que o Brasil conseguiu atingir no ambiente internacional, e com todas as implicações advindas disso, tornou-se imprescindível a produção de um documento que funcione como um instrumento gerador de confiança, tanto na região da América do Sul, diretamente envolvida, quanto no continente e no sistema internacional.

### Princípios do Livro Branco de Defesa Nacional<sup>4</sup>

É preciso ressaltar os princípios norteadores do Livro Branco de Defesa do Brasil, estabelecidos pelo Decreto nº 7438 de 11 de fevereiro deste ano. Em primeiro lugar tem-se o cenário estratégico para o século XXI dado a emergência de novos elementos no contexto internacional e a forma como o Brasil percebe as influências desses elementos na conjuntura estratégica do país. Em segundo lugar, estrutura-se a própria política nacional de defesa uma vez que, como instrumento de transparência perante o sistema internacional o documento deve estabelecer os aspectos trazidos pela sua política de segurança diante dos objetivos políticos a que o governo deseja traçar.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a Estratégia Nacional de Defesa, acesse: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/>

<sup>4</sup> Os princípios aqui estabelecidos são analisados pelos estudos estratégicos de Eugênio Diniz e Domicio Proença. Por sua vez, os princípios do Livro Branco de Defesa, bem como suas funções e suas previsões de publicação se encontram na legislação de defesa em: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrob\\_ranco/legislacao\\_defesa.php](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrob_ranco/legislacao_defesa.php)

Nesse sentido tornou-se necessário, em terceiro lugar, fundamentar a política nacional de defesa em uma estratégia nacional de defesa no sentido de que a estratégia se forma pelas importâncias e decisões relativas ao emprego dos meios de enfrentamentos para a produção dos propósitos específicos de uma determinada ação. Em quarto lugar, fundamenta-se a modernização das Forças Armadas já que mudanças advindas dos equipamentos militares de um país são preocupações às outras nações. Em quinto lugar, se estabelece a racionalização e a adaptação das estruturas de defesa. Em sexto lugar, o suporte econômico da defesa nacional. Em sétimo lugar, os próprios princípios de cada uma das Forças Armadas, a saber, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. E finalmente, os princípios que tangem a inserção do Brasil nas operações de paz e na ajuda humanitária.

Todos esses princípios são acompanhados por temas que giram em torno do: 1) Estado Brasileiro e a identidade nacional; 2) o ambiente estratégico do século XXI; 3) a defesa e o instrumento militar; 4) a sinergia entre Defesa e Sociedade; 5) a transformação da Defesa; 6) o financiamento da Defesa.

Assim, o Livro Branco, uma vez que agrega todas as diretrizes referentes a cada Força e estabelece os ordenamentos de três setores de extrema importância no âmbito da defesa nacional, o nuclear, o cibernético e o espacial, precisa considerar o contexto interno e externo brasileiro tanto na dificuldade de obtenção de recursos financeiros necessários à implementação do que estabelece, quanto nos constrangimentos advindos da ratificação de tratados internacionais.

### Setores Sensíveis na Estratégia Nacional de Defesa

Os setores nuclear, cibernético e espacial são extremamente importantes de serem tratados no Livro Branco de Defesa. De certa forma, eles fornecem a possibilidade

de maiores níveis de desenvolvimento ao país, uma vez que esses setores ligados à Defesa podem garantir desenvolvimento industrial, econômico e tecnológico ligados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). Apesar disso, esses setores apresentam grandes desafios na alocação de recursos públicos para a defesa e na capacitação técnica nacional. Mesmo que a Estratégia Nacional de Defesa (END) enfatize que os três setores podem favorecer a cooperação internacional no sentido de compras de produtos e serviços no exterior compatibilizada com o aperfeiçoamento técnico nacional, eles representam realidades ainda muito distantes da situação nacional.

O setor aeroespacial é responsável, de acordo com a END, pelo desenvolvimento de tecnologia para fins de comando, controle e lançamento de satélites com o objetivo de capacitação de maior operabilidade, uma vez que sua função é liderar e integrar todos os meios de monitoramento do país, seja terrestre, marinho ou submarino. O setor cibernético, por sua vez, contribui com as ações estratégicas de segurança das infraestruturas de energia, transporte, água, telecomunicações e finanças e o trabalho de coordenação, avaliação, monitoramento e redução de riscos. Além disso, esse setor pretende garantir o aperfeiçoamento de dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à Defesa Nacional contra ataques cibernéticos. Será também importante, pois este setor tenta garantir maior integração entre as três Forças, aumentando a capacidade de atuação em rede. Por fim, o setor nuclear – provavelmente o mais sensível entre os três – que mesmo o Brasil tendo, por imperativo constitucional e por tratado internacional, se privado de empregar energia para fins não pacíficos, não deve, no entanto, abrir mão da utilização da tecnologia nuclear. O Brasil, por possuir a 6ª maior reserva de urânio do mundo,

deve, segundo a END, acelerar o mapeamento, a prospecção e o aproveitamento das jazidas de urânio. Ainda, deve também, devido ao programa do submarino de propulsão nuclear, haver a nacionalização completa e o desenvolvimento em larga escala de combustível e da tecnologia para construção de reatores nucleares para uso exclusivo do Brasil.

### Desafios

Estabelece-se como grande desafio ao Ministério da Defesa a tentativa de gerar a interoperabilidade das Forças Armadas no sentido de que determinadas estratégias podem ser formuladas de forma conjugada, isto é, agregando por si mesma mais de uma das Forças. Ao mesmo tempo, tem-se uma demanda de aperfeiçoamento na interação entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores já que ambos são representados como ministérios de Estado e que, de certa forma, lidam, cada um ao seu modo, com o contexto internacional. Nesse sentido, quando a nossa diplomacia é internacionalmente reconhecida por seus fins pacíficos, pela solução pacífica de controvérsias, pela não-intervenção, pela ação externa cooperativa e não-confracionista, os documentos de defesa devem vir acompanhados de estruturas que reflitam tal caráter.

Por outro lado, os encontros dedicados à formulação do Livro Branco de Defesa representam um acréscimo ao diálogo entre sociedade civil e o corpo militar portando o eminente caráter dos princípios democráticos já que, uma vez que o Estado estabelece para si seus próprios interesses e objetivos perante a segurança nacional, é necessário a legitimação dessas políticas pelo povo e a representatividade do governo aos interesses da população perante o ambiente internacional.

## Considerações Finais

Deve-se ressaltar que, ainda que publicado o Livro Branco de Defesa Nacional, representando um avanço inestimável ao posicionamento do Brasil perante o ambiente internacional, é necessária uma discussão permanente dos princípios e dos objetivos da estratégia de defesa nacional para que novos temas emergentes sejam incorporados à discussão e a política de Estado não seja transformada à política de um governo. Assim, a partir de 2012 poderá ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional de 4 em 4 anos tanto a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa quanto o Livro Branco de Defesa como previsto por lei. Entretanto, com a publicação de todos esses documentos desafios surgem de forma prática no sentido de cumprimento das metas e objetivos estabelecidos já que os setores nuclear, cibernético e espacial apresentam um grande esforço de desenvolvimento na indústria de defesa no Brasil em uma época de constrangimentos econômicos públicos.

## Referência

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** Formação dos Conceitos Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PELUSO, Antonio Cezar (org.); AMORIM, José Roberto Neves. **As Constituições do Brasil.** Barueri: Manole, 2011.

PEREIRA, Priscila Rodrigues. Política de Defesa Nacional, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa: um processo não linear.

<http://mundorama.net/2010/12/01/politica-de-defesa-nacional-estrategia->

[nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/](http://nacional-de-defesa-e-livro-branco-de-defesa-um-processo-nao-linear-por-priscila-rodrigues-pereira/)

### Decretos

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7438.htm)

### Estratégia Nacional de Defesa

<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/>

### Histórico da Criação dos Ministérios e Órgãos da Presidência da República

[http://www.planalto.gov.br/Infger\\_07/ministerios/Ministe.htm](http://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm)

### Leis Complementares

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm)

### Livro Branco de Defesa Nacional

<https://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/>

### Países com Livro Branco

[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/paises\\_livrobranco.php](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/paises_livrobranco.php)

**Palavras-Chave:** Brasil, Estratégia de Defesa Nacional, Livro Branco de Defesa Nacional, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Política de Defesa Nacional

---

# O encontro do G20 em Cannes

---

Análise  
*Márcia de Paiva Fernandes*  
*Vinícius Tavares*  
26 de Novembro de 2011

Na sexta cúpula do G20, ocorrida em Cannes, a crise econômica da zona do euro e o apoio dos países emergentes à sua recuperação foram os temas que predominaram nas discussões, além da regulação dos bancos e da questão cambial. Somado a isso, com a crise política de países como Grécia e Itália aumentou a preocupação dos países reunidos, direcionando as discussões para o caminho a ser seguido para conter a crise europeia antes que atinja níveis globais.

**D**urante os dias 3 e 4 de novembro, ocorreu a sexta cúpula do G20 financeiro<sup>1</sup>, grupo das vinte maiores economias do mundo, em Cannes, na França, sob a presidência do país anfitrião. Alguns temas predominaram nas discussões da cúpula, tais como a coordenação de políticas de combate ao desemprego e a garantia da estabilidade dos preços dos alimentos. Contudo, durante a cúpula tornou-se evidente que o principal objetivo do encontro era apontar alternativas para que a Europa possa sair da grave crise que ameaça a existência do euro, com destaque para a crise grega. Neste sentido, a ajuda financeira de países emergentes, em especial Brasil e China, foi o centro das discussões. Os próprios países europeus reconheceram que a ajuda destes é necessária para conter a crise e as discussões acerca de como essa ajuda ocorrerá se destacaram na cúpula, mostrando uma divisão de opiniões entre os países do grupo.

## A agenda da Cúpula de Cannes

---

<sup>1</sup> Os membros do G20 financeiro atualmente são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, União Europeia e Turquia (G20-G8 FRANCE, 2011).

A cada ano a presidência do G20 muda de mãos e um país do Grupo a assume com a tarefa de delimitar as linhas gerais de debate do encontro, além de delimitar as suas prioridades para as cúpulas a serem realizadas durante este período.

Assim, na presidência francesa, foram delimitados seis temas gerais como prioridades, os quais foram os guias dos debates não só na cúpula, mas também nas reuniões ministeriais. São eles: (1) reformar o sistema monetário internacional; (2) reforçar a regulação financeira; (3) combater a volatilidade dos preços de commodities; (4) apoiar o emprego e reforçar a dimensão social da globalização; (5) combater a corrupção e (6) trabalhar em nome do desenvolvimento.

Embora tais temas tenham sido apresentados para integrar a agenda da cúpula, a crise da zona do euro, em especial com as repercussões da crise grega, ofuscou as demais discussões. Deste modo, durante quase toda a cúpula pouca atenção foi dada aos demais temas e o encontro de líderes de várias regiões do globo, com diferentes recursos e potencialidades, foi marcado pela preocupação com uma crise ainda localizada na Europa.

## A crise europeia e o G20

O primeiro dia do encontro foi marcado pela tentativa de dar uma solução à crise

européia que ameaça de insolvência países como a Grécia e a Itália e que, conseqüentemente, pode arrastar o euro e a economia mundial para uma grave recessão.

Poucos dias após os líderes europeus elaborarem o seu mais recente plano<sup>2</sup> para solucionar os problemas do euro, o primeiro-ministro grego, George Papandreou, anunciou que iria realizar um referendo para aprovar o plano, que envolvia medidas de austeridade severas para solucionar o problema do endividamento do país. A proposta do referendo desagradou líderes europeus, especialmente da França e Alemanha, por aumentar a incerteza e a insegurança quanto à recuperação da economia grega. Essa medida, posteriormente, foi a gota d'água para a queda do político grego<sup>3</sup>.

Os líderes presentes na cúpula manifestaram a necessidade de uma solução clara e rápida para a crise europeia. Em declarações na noite de quinta-feira, o presidente francês Nicolas Sarkozy disse que a zona do euro precisa apresentar uma solução rápida para garantir o futuro da moeda comum europeia e passar uma mensagem clara de credibilidade para o resto do mundo. Além disso, Sarkozy afirmou que a existência do euro é o maior instrumento para a garantia de estabilidade política no continente europeu<sup>4</sup>.

Para os líderes do G20, a crise do euro é a maior ameaça para a estabilidade da economia global. Os líderes não europeus do grupo, contudo, afirmaram que os países do euro não estão fazendo esforços suficientes para conter a crise e que somente irão ajudá-los caso percebam uma mudança no comportamento deles. Essa mensagem era clara às duas maiores economias do bloco, França e Alemanha, e dizia respeito aos pacotes de ajuda que

estão sendo debatidos no arranjo institucional da União Europeia. Dentre tais membros não europeus, os países emergentes se destacaram ao apontar as falhas das economias europeias em solucionar sua própria crise.

Assim sendo, as posições de Brasil e China foram centrais na cúpula, pois estes definiriam como a ajuda para a saída da crise seria dada. Neste sentido, antes do início do encontro em Cannes, os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) se reuniram – por iniciativa brasileira – a fim de adotar uma posição comum a ser defendida em relação à crise do euro. Com exceção da China, os membros do BRICS concordaram em oferecer ajuda à zona do euro apenas pelo FMI (PEREIRA, 2011).

### A atuação brasileira no G20

A presidente do Brasil Dilma Rousseff enfatizou desde o início da cúpula que o Brasil poderia oferecer ajuda financeira à Europa, porém isso se daria pelo FMI e não pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) (PEREIRA, 2011). A razão da preferência pelo FMI baseia-se no fato de que este fundo oferece maiores garantias aos credores do que o FEEF, além de que a influência do Brasil no FMI poderia aumentar.

A presidente afirmou que as reservas brasileiras foram conquistadas com muita dificuldade e que, por isso, não as colocaria em risco aplicando no FEEF para ajudar a Europa, visto que nem os próprios países europeus desejavam depositar suas reservas nesse fundo<sup>5</sup> devido à sua fragilidade e possibilidade de perda dos investimentos.

Todavia, o Brasil estabeleceu certas condições para poder contribuir para a recapitalização do FMI, como por exemplo, maior porcentagem para o país nos processos de votação do fundo<sup>6</sup>. Com o aumento de tal porcentagem, o Brasil

<sup>2</sup> O pacote de ajuda à Grécia foi aprovado na Cúpula dos Líderes Europeus, realizada antes da Cúpula do G20 em Cannes.

<sup>3</sup> The Economist, 2011.

<sup>4</sup> Terra, 2011.

<sup>5</sup> BBC Brasil, 2011.

<sup>6</sup> BBC Brasil, 2011.

umentaria sua influência nas decisões do FMI, mas mesmo assim ainda seria insuficiente para conseguir poder de veto e conseguir a aprovação de resoluções mais favoráveis aos seus interesses.

A presidente Dilma ainda se mostrou favorável à adoção de um imposto sobre as transações financeiras internacionais, posição também defendida por França e Alemanha, como meio de financiar os investimentos sociais internacionalmente. Ademais, o Brasil também se mostrou favorável à criação de um programa social de renda mínima de alcance global, proposta já defendida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) <sup>7</sup>.

### A atuação chinesa no G20

A China foi considerada fundamental nas discussões da última cúpula do G20. Assim como o Brasil, os líderes europeus também manifestaram interesse em utilizar as reservas chinesas para financiarem a recuperação da zona do euro.

O presidente chinês Hu Jintao afirmou na cúpula que “Neste momento crítico, o G20 deve trabalhar para resolver os problemas chave, aumentar a confiança dos mercados, neutralizar os riscos, enfrentar desafios, e promover o crescimento econômico global e a estabilidade financeira” <sup>8</sup>.

Diferentemente do Brasil, a China manifestou o interesse em socorrer os países europeus através da compra de títulos europeus, além da ajuda pelo FMI. Porém, essa ajuda estaria condicionada à garantia de que o fundo de resgate do FEEF irá funcionar e às garantias oferecidas caso este fundo falhe (PEREIRA, 2011).

Desse modo, o governo chinês buscou manter uma relação econômica estável com a União Europeia, visto que esta é seu maior mercado. Por fim, outra preocupação chinesa foi em relação à

condução da governança global com maior destaque dos países emergentes, principalmente no que se refere ao sistema monetário e de comércio internacional e nos mecanismos de preços das commodities<sup>9</sup>.

### A cúpula e seus resultados

Os líderes do G20 aprovaram um plano visando alcançar um crescimento mais forte, mais sustentado e equilibrado, reafirmando a consolidação orçamental de médio prazo em primeiro lugar, o estímulo de curto prazo onde for viável e maior flexibilidade cambial, respeitando os fundamentos do mercado.<sup>10</sup>

Além disso, foi alertada a necessidade de se reformar o FMI para que esse possa auxiliar não só a Europa, mas também os demais países que se encontram em situações de crise. Entretanto, a quantidade de reservas que os países destinariam ao fundo para socorrer a Europa não foi decidida na cúpula de Cannes, sendo adiada para a próxima.

O G20 também declarou que as negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha, levadas pela Organização Mundial do Comércio, estariam finalizadas. Alternativamente, os países preferiram se concentrar em medidas menores que iriam proporcionar algum alívio aos países mais pobres do mundo.<sup>11</sup> Considerando que a Rodada de Doha está paralisada e que poucos avanços foram obtidos até agora, a proposta de iniciar novas discussões acerca do tema visa dedicar maior atenção aos problemas conjunturais que emergiram com a crise econômica iniciada em 2008, com destaque para os problemas que afetam os países emergentes e também para a nova capacidade de

<sup>9</sup> Xinhnet, 2011.

<sup>10</sup> G20 Research Center, 2011.

<sup>11</sup> G20 Research Center, 2011.

<sup>7</sup> Valor Econômico, 2011.

<sup>8</sup> Xinhnet, 2011.

atuação destes.

### Considerações finais

Embora poucos resultados concretos tenham sido alcançados na cúpula de Cannes, o protagonismo dos países emergentes nas discussões não pode deixar de ser considerado. A ajuda demandada pelos países europeus evidencia que a solução para a atual crise financeira envolverá a atuação conjunta de países desenvolvidos e emergentes, e não mais apenas dos primeiros. Mais do que isso, também é a recusa em ceder às pressões das potências e tentar, diferentemente de antes, usar esse momento como uma alavanca para obter um maior protagonismo no cenário internacional.

Paralelamente, a Europa se vê afundada em uma crise sem precedentes e não consegue articular ações conjuntas para solucionar a crise. Caso os países da zona do euro não consigam achar uma solução nos próximos meses, a Grécia irá, fatalmente, se tornar insolvente e as consequências para a integração econômica europeia podem ser desastrosas, bem como para a governança econômica global.

O G20, nesse contexto, tem sido o principal palco para a tentativa de uma articulação internacional para solucionar as turbulências do arranjo econômico global; isso aumenta ainda mais a importância do Grupo, que a cada reunião vem lidando com temas mais importantes e sérios das relações internacionais. A reunião de Cannes versou sobre esses temas, mas é certo que eles voltarão na próxima reunião, em Los Cabos, no México, visto que os próprios membros do grupo destacam quase sempre no final de cada cúpula que um único encontro não é capaz de resolver os problemas econômicos mundiais.

## Referência

### BBC Brasil

[http://www.bbc.co.uk/.../111104\\_g20\\_di\\_lma\\_sucesso\\_relativo\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/.../111104_g20_di_lma_sucesso_relativo_rw.shtml)

### G20 Research Center

<http://www.g20.utoronto.ca/analysis/11104-kirton-cannes-perf.html>

### Financial Times

<http://www.ft.com/cms/s/0/1c4991de-0547-11e1-b8f4-00144feabdc0.html>

### G20-G8 France 2011

<http://www.g20-g8.com/g8-g20/g20/english/home.9.html>

PEREIRA, Ashley. **2011 Cannes Summit Performance Assessment: Brazil**, 2011. Disponível em <<http://www.g20.utoronto.ca/analysis/11109-cannesperf-brazil.html>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

### Terra

[http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idnoticia=201111041114\\_BBB\\_80437407](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idnoticia=201111041114_BBB_80437407)

### The Economist

<http://www.economist.com/blogs/charlemagne/2011/11/g20-and-euros-crisis>

### Valor Econômico

<http://www.valor.com.br/financas/1082360/brasil-e-china-adotam-posturas-opostas-sobre-comercio>

**Xinhuanet**

[http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-11/04/c\\_131230248.html](http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-11/04/c_131230248.html)

**Palavras-Chave:** Brasil, Cannes, China, crise, G20, euro, Europa.

## Conjuntura Internacional

### Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:  
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:  
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:  
Prof. Danny Zahreddine  
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmari  
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros:; Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

[ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>